



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Maio de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em maio de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	3
Colômbia	7
Equador	10
Guiana	12
Peru.....	15
Suriname	17
Venezuela	18
OTCA	19

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No início do mês de maio, o *Ministério do Medio Ambiente y Agua* boliviano divulgou cinco eixos temáticos que orientarão seu trabalho no combate às mudanças climáticas no país. Segundo o órgão, trata-se de uma “luta responsável e comprometida contra as mudanças climáticas e com uma gestão integral em harmonia com a *Madre Tierra* e para o bem estar de todos os bolivianos” [1]. Os cinco eixos são: 1) água e saneamento básico; 2) manejo das bacias hidrográficas; 3) irrigação; 4) florestas e mudança climática; e 5) biodiversidade e povos indígenas. Em discurso no evento de divulgação, o ministro Alan Lisperguer destacou a importância da preservação da biodiversidade da Bolívia, “que está ligada aos saberes ancestrais e milenares dos nossos povos indígenas, os quais estiveram excluídos da gestão dos recursos naturais e da formulação de políticas públicas”. Lisperguer finalizou a fala afirmando que a solução para a preservação do meio ambiente vem das comunidades [1].

Contudo, a divulgação destes eixos de trabalho ocorreu em meio a notícias negativas sobre a Amazônia boliviana. No dia 7 de maio, a imprensa reportou que a floresta está sendo saqueada por atividades de mineração ilegal de ouro, agricultura intensiva, incêndios, narcotráfico e tráfico de animais selvagens. Segundo fontes do InSight e do Instituto Igarapé, vários líderes mundiais pediram maior atenção à região, que cobre mais de 70% do território nacional e é habitado por diversas comunidades indígenas [2]. Segundo os especialistas, a Bolívia é um dos países que mantém uma dupla retórica, isto é, “por um lado, promove leis que defendem a conservação do meio ambiente, enquanto, por outro lado, prioriza políticas de desenvolvimento econômico à custa das florestas e da biodiversidade” [2].

Neste cenário, um grupo de ativistas ambientais assumiu a liderança no combate à depredação das florestas e a atividades ilegais na região de Ixiamas e Satariapo, localizadas a noroeste de La Paz. Um grupo composto por uma média de 40 pessoas combate o abuso do poder público no local e denuncia ameaças que partem não só de empresas ou cooperativas minerais, madeireiras ou agroindústria, mas também das esferas políticas em nível local e nacional, onde funcionários estão sendo ligados à mineração ilegal [3]. Além do ativismo deste grupo, no dia 24 de maio, foi realizado o *II Encuentro Nacional de las mujeres indígenas de Bolivia*. Nesta reunião, elas se declararam como defensoras da Amazônia e exigiram garantias para o exercício dos

direitos dos povos indígenas. O encontro foi considerado como uma atividade preparatória para o *Foro Social Panamazónico* (FOSPA), que será realizado em junho de 2024, em Rurrenabaque, San Buenaventura y Reyes, na Bolívia. O FOSPA reunirá organizações sociais e civis dos nove países que apresentam territórios amazônicos [4].

Em meio às pressões por maior cuidado com a Amazônia, o Ministério das Relações Exteriores, dirigido por Celinda Sosa, lançou um projeto voltado para a bacia do rio Pilcomayo, situada na bacia do Prata, mas que convém mencionar por envolver um esforço de governança ambiental internacional. O projeto chama-se *Vulnerabilidad y Adaptaciones a los Cambios en la Disponibilidad de Recursos Hídricos en la Cuenca Transfronteriza Pilcomayo* e será desenvolvido em parceria com o *Instituto de Investigación para el Desarrollo* (IRD), grupo francês. O objetivo é estabelecer diagnósticos socioambientais, incluindo os impactos para a saúde dos povos locais, e também a elaboração de cenários para gestão da água e dos recursos naturais associados, principalmente, pesca, segurança alimentar e proteção da saúde das comunidades locais [5]. A criação do projeto vem de uma crescente preocupação com a região fronteiriça do rio Pilcomayo e como este recurso hídrico está sendo afetado pelas mudanças climáticas. Desde 1995, Argentina, Bolívia e Paraguai conformam a *Comisión Trinacional para el Desarrollo de la cuenca Pilcomayo* (CTN), na qual os países coordenam trabalhos conjuntos para orientar ações que assegurem um equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais da região transfronteiriça [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/05/01/ministerio-de-medio-ambiente-plantea-cinco-ejes-de-trabajo-para-combatir-la-crisis-climatica-en-bolivia/>
- [2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/al-menos-cinco-factores-golpean-a-la-amazonia-y-hay-saqueo-sin-control_366329
- [3] Disponível em: <https://brujuladigital.net/sociedad/un-grupo-de-activistas-ambientales-en-ixiamas-enfrenta-la-destruccion-de-la-amazonia>
- [4] Disponível em: <https://brujuladigital.net/sociedad/mujeres-indigenas-en-encuentro-nacional-se-declaran-defensoras-de-la-amazonia-y-piden-garantias>
- [5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/05/15/15182/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de maio foi marcado por uma grande tragédia ambiental no Brasil: as maiores enchentes da história do estado do Rio Grande do Sul (RS). Apesar de o estado não estar

localizado na Amazônia, o evento teve uma conexão estreita com a floresta tropical. Segundo Mercedes Bustamante, especialista em ecologia de ecossistemas e colaboradora do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU, o desmatamento em larga escala do cerrado brasileiro, nos últimos anos, produziu uma atmosfera seca, que, em conjunto com o *El Niño*, fez os “rios voadores” da Amazônia (formados pela grande umidade produzida pela floresta) contornarem a massa de ar quente no centro-oeste e se precipitarem, em grande volume, no sul do país [1].

Conforme a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), 47 mil indústrias de um total de 51 mil estão localizadas nos municípios atingidos pela catástrofe. Os prejuízos incluem a produção, a arrecadação de impostos, as exportações e, conseqüentemente, os trabalhadores e trabalhadoras, pois o conjunto de indústrias afetadas emprega 813 mil pessoas. O estudo divide o RS em dez regiões econômicas, calculando o Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas territorializadas. Quanto a indústrias, especificamente, as regiões potencialmente mais afetadas foram: Vale dos Sinos (19 bilhões de reais), Vale do Taquari (14,6 bilhões de reais), Metropolitana (11,4 bilhões de reais) e Serra (9,9 bilhões de reais). As regiões somam apenas 15,7% dos municípios do RS, mas possuem uma grande participação econômica, conformando cerca de 50,7% do VAB do RS [2]. Além disso, uma pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com a Mox Debris, apontou que cerca de 47 milhões de toneladas de resíduos devem ser gerados por conta das enchentes [3].

O evento climático extremo suscitou uma ampla reação política ao longo do mês. As fortes chuvas começaram ainda no final de abril, no dia 27, e se estenderam até meados de maio [4]. No dia 1º de maio, o presidente Lula teve uma primeira reunião ministerial para avaliar o evento, que já atingia 107 municípios e contabilizava 10 mortos, 21 desaparecidos e 4,4 mil desabrigados [4]. No dia seguinte, o presidente viajou ao RS com uma comitiva de seis ministros [5]. No mesmo dia, a Casa Civil instalou uma sala de situação, no Palácio do Planalto, para monitorar a situação no estado [5]. Em 5 de maio, Lula voltou ao RS, desta vez acompanhado por 13 ministros, pelo presidente da Câmara dos Deputados, pelo presidente do Senado e pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal [6]. Uma terceira viagem de Lula ao RS, acompanhado por 11 ministros, ocorreu em 15 de maio, quando as inundações atingiam 450 municípios (de um total de 497) e contabilizam 148 mortos, 124 desaparecidos e 620 mil pessoas fora de casa [7].

O envolvimento de autoridades federais de diversos âmbitos expressou a transversalidade temática de um desastre climático. Isto levou ao anúncio de uma lista de medidas variadas de auxílio ao RS, tais como: suspensão do pagamento da dívida do estado com a União por três anos, redução dos juros sobre o estoque da dívida, criação de uma força-tarefa para oferecer crédito a municípios, criação de um Auxílio Reconstrução de 5.100 reais a famílias, liberação de seguro desemprego e recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), antecipação do Bolsa Família, restituição do Imposto de Renda, aporte no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito, auxílio na compra de imóveis para desabrigados, mobilização de Forças Armadas para resgates, entre outras. [8].

Da perspectiva política, um dos movimentos mais relevantes do governo federal foi o anúncio da criação, no dia 15, da Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. O órgão, sediado em Brasília, ficou responsável por coordenar as ações entre os diferentes ministérios do governo Lula e centralizar o diálogo com o governador do RS, Eduardo Leite (PSDB-RS). Lula designou a direção da secretaria a Paulo Pimenta (PT-RS), deputado federal que dirigia, até então, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República [9]. O saldo da interação entre Leite e Pimenta, dois atores com grande capital político e ideologias distintas para definir os rumos da reconstrução no RS, tende a ser indicativo de como relações políticas podem interferir (para dar força ou debilitar) na construção de uma governança ambiental multinível.

Outro elemento político que permeou a tragédia no RS foi a ocorrência de discursos de negacionismo climático entre parlamentares gaúchos mais próximos do bolsonarismo e do agronegócio, que procuraram minimizar a importância de regulações ambientais [10]. Nas redes sociais, parlamentares compartilharam postagens e vídeos com as expressões “povo pelo povo” e “civil salva civil”, além de críticas de ineficiência ao governo Lula e ao governador Eduardo Leite, a fim de salientar uma suposta autossuficiência da sociedade civil em relação ao Estado para superar desastres ambientais [11].

Na política externa, o Itamaraty, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), passou a canalizar ofertas de Estados e organismos internacionais de auxílio humanitário às vítimas das inundações no RS. Foram recebidos recursos ou equipamentos de Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Venezuela, Estados Unidos, Reino Unido,

Vaticano, Israel, China, Japão, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Agência da ONU para Refugiados (Acnur) [12] [13].

Para além da tragédia no RS, o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, fez uma visita ao Brasil, entre 3 e 4 de maio, e se encontrou com o presidente Lula. Ambos divulgaram um comunicado conjunto em favor do fortalecimento da parceria estratégica estabelecida em 2014. Entre vários temas, o comunicado destaca a entrada do Japão no financiamento do Fundo Amazônia [14]. Além disso, Lula e Kishida também assinaram a Declaração Conjunta da Iniciativa de Parceria Brasil-Japão sobre Meio Ambiente, Clima, Desenvolvimento Sustentável e Economias Resilientes, que prevê a intenção de cooperar, entre outros pontos, no monitoramento do desmatamento da Amazônia via sensoriamento remoto e na produção agroflorestal com respeito à biodiversidade [15].

Por fim, cabe registrar o anúncio feito pelo governo federal, em 8 de maio, de um número consolidado para a queda do desmatamento na Amazônia ao longo de 2023: 21,8%, o que significou a menor área desmatada em cinco anos. A extensão da área, porém, ainda foi grande: 9.064 km², o equivalente a seis vezes a cidade de São Paulo. Em cinco dos nove estados da Amazônia Legal, o desmatamento cresceu no ano passado: Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Tocantins. Por outro lado, houve queda do desmatamento em Acre, Amazonas, Pará e Rondônia [16].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/rio-grande-do-sul-ainda-vai-viver-muitos-eventos-extremos-dizem-cientistas-brasileiras-que-colaboraram-com-ipcc.shtml>
- [2] Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/47-mil-industrias-estao-em-municipios-atingidos-por-enchentes-no-rs-aponta-fiergs/>
- [3] Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/enchentes-47-milhoes-toneladas-lixo-rs>
- [4] Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/05/temporais-no-rs-veja-cronologia-de-desastre.ghtml>.
- [5] Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/01/lula-vai-ao-rio-grande-do-sul-apos-fortes-chuvas-no-estado.ghtml>.
- [6] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/lula-e-comitiva-chegam-a-santa-maria-apos-tres-dias-de-temporais-no-rs.shtml>
- [7] Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/05/temporais-no-rs-lula-embarca-com-lira-e-pacheco-para-monitorar-areas-afetadas-pelas-chuvas.ghtml>
- [8] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/05/16/lula-anuncia-socorro-a-gauchos-em-meio-a-criticas-sobre-politizacao.ghtml>
- [9] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/05/15/extensao-territorial-e-numero-de-afetados-tornam-tragedia-no-rs-inedita-no-brasil/>

- [10] Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/coluna/maria-cristina-fernandes-enchente-renova-o-negacionismo.ghtml>
- [11] Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/governistas-exaltam-acao-de-lula-e-pimenta-e-oposicao-tenta-emplacar-civil-salva-civil-no-rs.eb930023000ed84970c77b1889462ddcqhovb1k.html>
- [12] Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/10/vaticano-bid-onu-e-paises-vizinhos-entenda-a-ajuda-internacional-enviada-ao-brasil-apos-chuvas-no-rs.ghtml>
- [13] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/esforco-internacional-confira-os-paises-que-ja-anunciaram-auxilio-ao-rs/>
- [14] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-sobre-o-fortalecimento-da-parceria-estrategica-e-global-brasil-japao
- [15] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-da-iniciativa-de-parceria-brasil-japao-sobre-meio-ambiente-clima-desenvolvimento-sustentavel-e-economias-resilientes
- [16] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2024/05/08/divulgacao-numeros-prodes-desmatamento-amazonia.htm>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

Em maio, as principais ações políticas referentes à Amazônia colombiana foram realizadas pela Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad. No dia 12, ela publicou uma coluna no jornal *El Tiempo* com a intenção de pressionar o Congresso da República da Colômbia para finalizar os trâmites do projeto de proibição da prática de *fracking* no país. O *fracking*, também conhecido como fraturamento hidráulico, é uma técnica de extração de hidrocarbonetos, gás e óleo em depósitos não convencionais, formações rochosas de baixa porosidade e permeabilidade primária [1]. A técnica perfura profundamente o solo e injeta enormes quantidades de água e produtos químicos nas perfurações, o que resulta em riscos ambientais e à saúde [2].

Muhamad afirma que a Colômbia deve “reduzir os impactos sobre os ecossistemas que sustentam nossa vida, priorizar a água para as pessoas e deixar para trás a busca de caminhos econômicos que põem em risco nossas fontes hídricas” [3]. O Senado já aprovou este projeto de lei em abril de 2023 [4], mas, de acordo com a ministra, desde então ele está “dormindo o sono dos justos na Comissão Quinta da Câmara” e não é colocado em discussão, nem recebe tratamento prioritário [3]. Muhamad afirma que compreende a preocupação com a viabilidade econômica das alternativas propostas para

a descarbonização, mas aponta que o governo colombiano está construindo ferramentas que abrem portas para outras fontes econômicas baseadas na natureza e na bioeconomia e criam incentivos econômicos, como o Conservar Paga e o Fundo Para a Vida e Biodiversidade [5].

O desmatamento em zonas próximas ao Parque Nacional Chiribiquete também gera preocupações na ministra do Meio Ambiente. Uma estrada ilegal, possivelmente ligada à mineração ilegal e ao cultivo de coca, tem deixado as autoridades em alerta, pelo aumento do desmatamento em suas margens. O parque é um dos lugares históricos e naturais mais importantes da Colômbia, considerado pela UNESCO como um patrimônio misto da humanidade [6]. Em 21 de maio, Ricardo Erazo Tapia, líder do sistema de informação geográfica da Sociedade Zoológica de Frankfurt, que monitora o território, apontou que já se somam mais de 1.500 hectares de desmatamento associado à estrada, sem considerar o que já foi destruído pela própria estrada, que se estende por cerca de 22 km [7]. Ao desmatamento, soma-se ainda a violência causada pela presença do grupo criminoso Estado-Maior Central (EMC) na área [8].

O governo colombiano também se prepara para o impacto da *La Niña* na região. No dia 17 de maio, por meio de uma coletiva de imprensa, representantes do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (Ideam), junto a Muhamad e à Ministra da Agricultura, Jhenifer Mojica, apresentaram informações relacionadas às previsões de cientistas sobre o impacto do fenômeno na região durante 2024. Em relação às condições climáticas na região amazônica, é esperado que, com a chegada da *La Niña*, a região sul do país enfrente um déficit de chuvas. Isto, por sua vez, poderá ter efeito na crise hídrica que já assola Bogotá nesse ano. Assim, a ministra do Meio Ambiente fez um chamado para que gestores de risco se preparem frente às adversidades climáticas que o país poderá enfrentar [9].

Ademais, em estudo divulgado em 23 de maio, o Instituto Amazônico de Investigações Científicas (Sinchi) concluiu que houve um aumento significativo de pontos de calor na Amazônia. Estes pontos de calor são entendidos como regiões que registram temperaturas diferentes do habitual, podendo ser resultado de pequenos ou grandes incêndios, mas também de áreas sem cobertura de vegetação. Os 7.683 pontos de calor adicionais, comparados a 2023, equivalem a um aumento geral de 25%, sendo abril o mês com o maior número, em uma época de menor intensidade pluvial na região [10].

Em relação ao aumento de pontos de calor, a Ministra de Meio Ambiente declarou que dois fatores importantes influenciaram na elevação dos números no primeiro

trimestre: o primeiro, a temporada de seca impulsionada pelo *El Niño*; e o segundo, a presença do grupo criminoso EMC, mencionada anteriormente. O grupo não tem permitido a entrada de programas de restauração e conservação, além de impulsionar a queima da floresta como um mecanismo de pressão nas negociações dos acordos de paz [10].

Por fim, em preparação para a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, também conhecida como a COP da Biodiversidade (COP16), que será sediada pela Colômbia entre outubro e novembro de 2024, a ministra de Meio Ambiente apresentou as propostas que o país levará para o encontro. Como país sede, a Colômbia exercerá a presidência da cúpula pelos próximos dois anos e, por isso, buscará apresentar um plano de ação nacional e internacional, obter um consenso entre as nações e propor novos focos para cumprir o Marco Mundial de Biodiversidade Kunming-Montreal. Este, por sua vez, tem o objetivo de cumprir um programa de metas até 2030 para o estabelecimento de um mundo que proteja a natureza e viva em harmonia com ela [11].

A agenda, intitulada “Paz com a Natureza”, propõe-se a aprovar um plano de trabalho global para diferentes grupos étnicos, a criação de uma meta clara de financiamento para a proteção da biodiversidade, uma avaliação do mundo a respeito do cumprimento das 23 metas de biodiversidade a nível global e o estabelecimento de um marco justo de benefícios para os países de onde se extraem cadeias genéticas. Sobre o último ponto, trata-se de uma das apostas mais inovadoras do país, que buscará a construção de um plano de cadeias genéticas, objetivando que a indústria dê retribuições a todos os países que possuem grande biodiversidade em seus territórios - chamados de megadiversos [12]. O governo colombiano espera que o slogan “Fazer paz com a natureza” permeie todas as discussões diplomáticas durante a COP16, inclusive sobre a relação entre a perda da diversidade biológica e o avanço das mudanças climáticas [13].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/proyecto-de-ley-contra-el-fracking-aprobado-en-plenaria-de-senado/>

[2] SALINAS, Natalia *et al.* *La prohibición del fracking en Colombia como un asunto de política pública*. Bogotá: Fundación Heinrich Böll, 2018.

[3] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/salvar-el-agua-es-salvar-la-vida-no-al-fracking-analisis-de-susana-muhamad-3342193>

- [4] Disponível em: <https://www.senado.gov.co/index.php/el-senado/noticias/4468-plenaria-aprueba-prohibicion-del-fracking-en-colombia>
- [5] Ver mais em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Novembro-2023.pdf>
- [6] Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2023-01-29/escuela-de-guardianes-mas-de-mil-jovenes-para-resguardar-la-capilla-sixtina-de-la-amazonia.html>
- [7] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2024-05-21/la-carretera-que-amenaza-el-tesoro-amazonico-de-chiribiquete-crece-mas-de-mil-hectareas-deforestadas-este-ano.html>
- [8] Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Abril-2024.pdf>
- [9] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/en-julio-se-esperan-lluvias-por-encima-de-lo-normal-en-la-mitad-del-pais-en-la-otra-mitad-se-esperan-sequias-estas-serian-las-zonas-afectadas-3343302>
- [10] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/puntos-calor-aumentaron-en-la-amazonia-hubo-7-683-puntos-mas-en-los-primeros-tres-meses-de-este-ano-sur-del-meta-el-mas-afectado-3345005>
- [11] Disponível em: <https://es-us.noticias.yahoo.com/colombia-presenta-metas-cop16-basan-220117622.html>
- [12] Disponível em: <https://www.elspectador.com/ambiente/bibo/dia-de-la-diversidad-biologica-las-metas-de-colombia-en-la-cop16-que-nacen-de-la-paz-con-la-naturaleza/>
- [13] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/la-biodiversidad-se-esta-perdiendo-por-fenomenos-como-el-cambio-climatico-la-deforestacion-el-crimen-organizado-y-las-mafias-minambiente-3345393>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 8 de maio, o presidente equatoriano, Daniel Noboa, assinou o Decreto Executivo N° 257, confirmando a criação de um comitê responsável por descomissionar o bloco 43 de exploração de petróleo no Parque Nacional de Yasuní, conforme o resultado da consulta popular realizada em agosto de 2023 [2]. O comitê será responsável por reduzir de forma progressiva a exploração de petróleo e terá, como componentes, representantes dos ministérios de Energia, Meio Ambiente, Economia, Mulher e Direitos Humanos e da direção da estatal Petroecuador.

Ainda no que se refere à conservação do Parque Nacional de Yasuní, no dia 27 de maio, foi oficializado um acordo de cooperação entre o governo do Equador e diversas organizações de conservação, como *Wildlife Conservation Society* (WCS), *Legacy Landscapes Fund* (LLF) e *Gordon and Betty Moore Foundation*, que juntas contribuirão anualmente com 1 milhão de dólares para as ações [4]. O governo equatoriano foi representado pela ministra do Meio Ambiente, Sade Fritschi, que recebeu diversos representantes no Jardim Botânico de Quito. Os recursos do acordo poderão ser utilizados

na gestão do parque ecológico, na promoção de programas para o uso sustentável de recursos naturais pelos povos indígenas e para o fortalecimento de mecanismos de gestão e governança da infraestrutura, por meio de um comitê gestor.

Por outro lado, em 16 de maio, o relator especial da ONU sobre Substâncias Tóxicas e Direitos Humanos, Marcos Orellana, manifestou preocupação com o descumprimento de sentenças judiciais que exigiam a desativação de mais de 400 queimadores de gás natural em campos de petróleo antigos da Petroecuador na região amazônica [3]. O relatório de Orellana, apresentado em um evento promovido pela *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE), também destacou os riscos de contaminantes derivados da mineração (como o cianeto, o arsênio e o mercúrio) e a demora no cumprimento de outras sentenças judiciais sobre o garimpo ilegal e dos referendos aprovados em 2023. Em decorrência da morosidade da Petroecuador em cumprir a sentença judicial, foi iniciada uma vigília, no dia 26 de maio, por parte de diversos coletivos ambientalistas e indígenas, que pressionam pelo imediato desligamento dos queimadores [4]. Os manifestantes anunciaram que a vigília se estenderá até o dia 5 de junho.

Apesar das pressões contra a mineração, no dia 7 de maio, a Empresa Nacional Minera, estatal equatoriana, firmou acordo para a exploração de 39 mil hectares de terra na região amazônica com a empresa canadense *Solaris Resources* [1]. A expectativa é que a parceria invista 25 milhões de dólares na região de *Morona Santiago*. A empresa canadense, no entanto, já é alvo de protestos de comunidades indígenas por outro projeto executado na mesma província, em Warintza, e foi denunciada pelas organizações internacionais *MiningWatch Canada* e *Amazon Watch* por efeitos negativos ao meio ambiente e ao povoado indígena Shuar-Arutam.

Em relação à política externa, a cidade de Quito, no Equador, sediou uma oficina, nos dias 30 e 31 de maio, sobre a gestão dos recursos hídricos da Bacia Amazônica, nos marcos do Programa de Ações Estratégicas (PAE) da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) [5]. A finalidade da oficina foi fomentar estratégias para consolidar a capacidade de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) da região, além de capacitar as comunidades locais frente aos problemas causados pelas mudanças climáticas. Organizado pelo Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade, pelo Ministério de Meio Ambiente Água e Transição Ecológica (MAATE) e pela OTCA, a reunião também contou com o aporte do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Um dos resultados

esperados da oficina é a elaboração de diretrizes que possam ser incorporadas aos Planos de Ação Nacional (PAN), que unem instruções para garantir o fortalecimento institucional e a inclusão das dimensões técnicas e culturais relacionados à água. Como parte das ações coordenadas pela OTCA, a oficina também buscou incentivar recortes de igualdade de gênero nos planos, programas, políticas e projetos elaborados por setores ligados à gestão dos recursos hídricos.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/politica/decreto-daniel-noboa-comite-bloque-yasuni-consulta-popular/>
- [2] Disponível em: <https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/ambiente/190/se-oficializo-acuerdo-para-el-financiamiento-de-un-millon-de-dolares-para-el-yasuni>
- [3] Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/inician-ayuno-para-eliminar-antorchas-de-gas-de-industria-petrolera-en-amazon%C3%ADa-de-ecuador/78841544>
- [4] Disponível em: <https://alianzaddhh.org/?p=241746> e <https://www.larepublica.ec/blog/2024/05/19/el-incumplimiento-de-sentencias-ambientales-en-ecuador-preocupa-al-relator-especial-de-onu/>
- [5] Disponível em: <https://www.teleamazonas.com/minera-ecuador-canadiense-solaris-exploraran-amazonia/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/o-equador-realizara-o-workshop-nacional-sobre-a-implementacao-do-pae-para-a-gestao-integrada-da-bacia-amazonica-nos-dias-30-e-31-de-maio/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

O início do mês de maio foi marcado pelo aprofundamento de entendimentos em temas de defesa e segurança na região do Escudo das Guianas. Nos dias 29 e 30 de abril, ocorreu a 3ª sessão dos Diálogos Estratégicos do Escudo das Guianas, que contou com a participação de Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil (como observador). O evento marcou o fortalecimento do apoio à Guiana em relação às controvérsias pela soberania de Essequibo suscitadas pela Venezuela [1]. Além disso, também salientou o aprofundamento de um processo de securitização na região.

Além disso, em maio, as relações entre Guiana e França ganharam um novo capítulo, com a emissão de uma declaração oficial, no dia 1º de maio, em que ambos os países demonstraram interesse em aprofundar suas relações bilaterais. A inauguração do Grupo de Trabalho Guiana-França ocorreu no dia 29 de maio, e contou com a participação de Robert Persaud, chefe do Ministério das Relações Exteriores e Cooperação

Internacional da Guiana, e Michèle Ramis, Diretora para as Américas e Caribe do Ministério da Europa e das Relações Exteriores da França.

O foco das discussões iniciais do grupo foram assuntos relacionados a defesa, segurança regional, mudança climática, segurança alimentar, infraestrutura, tecnologia e turismo [2]. A aproximação com a França vem se estreitando a partir dos assuntos que envolvem segurança e defesa, como o anúncio da compra de navios de patrulha fabricados pela empresa francesa OCEA S.A., que, em contrapartida, pretende instalar-se em Georgetown. Em março, a França já havia anunciado que abriria uma embaixada em Georgetown no ano de 2025, tornando-se o primeiro país da União Europeia a abrir uma embaixada no país sul-americano [3].

Além disso, no dia 22 de maio, o presidente Irfaan Ali anunciou à imprensa que a Guiana e o Suriname estão em busca do apoio da China para a construção de uma ponte que conectaria as capitais dos dois países, Georgetown e Paramaribo. O projeto seria parte de um planejamento maior para a integração física da América do Sul, além de fortalecer a cooperação trilateral entre Brasil, Guiana e Suriname. A iniciativa poderia aumentar a conexão entre as economias da América do Sul e do Caribe e levar a um aprofundamento de relações culturais e políticas [4].

A relevância que a Guiana vem tendo no setor de óleo e gás impulsiona a expansão da sua agenda internacional. No dia 21 de maio, a *U.S. Energy Information Administration* divulgou um breve artigo em que situava a Guiana como um agente chave de fornecimento global de óleo cru. A produção guianesa chegou a 645.000 barris por dia no início de 2024 [5]. A garantia ao acesso a fontes de energia é fundamental para o crescimento econômico de qualquer país, e as atuais tensões bélicas ao redor do mundo criam um cenário de insegurança e urgência. A matriz fóssil é polêmica por conta dos efeitos climáticos e ambientais, mas, no curto prazo, é percebida por muitos governos como inescapável.

A renda do petróleo já representa a maior parte dos recursos da Guiana, porém essa riqueza parece não ser distribuída de forma justa. No dia 1º de maio, Dia Internacional do Trabalho, cerca de 11 sindicatos marcharam reivindicando melhores salários e condições de trabalho. Mark Lyte, presidente do sindicato dos professores da Guiana, convocou trabalhadores e trabalhadoras para exigir uma distribuição justa das riquezas advindas do petróleo, que é retida pela burguesia industrial guianesa, segundo ele. Além disso, durante a marcha, foi observado que parte das manifestações exigiam

que as empresas de petróleo fossem responsáveis por pagar todos os possíveis danos resultantes de qualquer tipo de acidente envolvendo a exploração petrolífera [6].

Por fim, no dia 26 de maio, a Guiana comemorou seu 58º aniversário de independência. O presidente Irfaan Ali aproveitou a data para realizar um discurso em Linden, capital da região 10 do país. Ali declarou que a Guiana de hoje não é mais a mesma, em referência à independência e ao crescimento econômico proporcionado pelas descobertas de petróleo. Também afirmou que a prosperidade da modernização da Guiana chegaria a todas as casas [7] [8]. Contudo, há uma contradição entre o discurso e a manifestação dos trabalhadores e trabalhadoras mencionada acima, de tal forma que é preciso distinguir crescimento, desenvolvimento e distribuição econômica. Caso o crescimento da Guiana converta-se no distanciamento cada vez maior entre ricos e pobres, a pauperização da maioria tende a fazer com que a sensação de “independência” e “prosperidade” seja reservada a uma pequena parcela da sociedade. Os rumos da economia política da Guiana vão interferir diretamente no tipo de ocupação e atividades econômicas que o conjunto da população exercerá em um território majoritariamente coberto por vegetação amazônica, implicando também nas possibilidades de governança da Amazônia guianense [9].

Referências

- [1] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/guiana-shield-throws-weight-behind-guiana-in-venezuela-border-controversy/>
- [2] Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/guyana/news/article/guyana-first-meeting-of-guyana-france-joint-working-group-joint-statement-29>
- [3] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/france-guyana-looking-to-increase-cooperation-in-defence-other-areas/>
- [4] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2024/05/23/corentyne-river-bridge-guyana-suriname-seek-chinese-financing-plans-strategic-dialogue/>
- [5] Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=62103>
- [6] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/05/02/workers-must-get-a-fair-share-of-the-oil-wealth-gtu-president-says-oil-belongs-to-all-guyanese/>
- [7] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qv3zOq5rioA>
- [8] Disponível em: <https://caribbean.loopnews.com/content/guyana-marks-58th-anniversary-independence>
- [9] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyxz415e256o>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Em maio, houve iniciativas destinadas à preservação da Amazônia por parte dos Ministérios de Relações Exteriores (MRE) e do Meio Ambiente (MINAM) do Peru, em articulações com autoridades de outros países. No dia 22 de maio, autoridades peruanas e bolivianas se reuniram no departamento de Pando, na Bolívia, para negociar a criação do *Módulo Temporal Fronterizo Extrema*, um projeto bilateral voltado para facilitar o comércio, o turismo e o intercâmbio cultural na região amazônica. A delegação peruana foi liderada pelo diretor da chancelaria da cidade de Puerto Maldonado, José Alberto Ortiz, e contou com a participação de representantes do *Proyecto Especial Madre de Dios*, criado em 2014, com o objetivo de desenvolver a produção local de forma competitiva e sustentável [1]. Durante a visita, foram distribuídos exemplares do livro *Cuentos de La Amazonía*, escrito por estudantes da Instituição Educativa Intercultural Bilingue Shajaó, pertencentes à comunidade nativa *Infierno*. A obra visa a compartilhar a riqueza cultural da Amazônia peruana [2].

No dia 24 de maio, o embaixador do Peru na Noruega, Gustavo Laurie, entregou ao ministro do Clima e Ambiente norueguês, Andreas Bjelland Eriksen, uma carta assinada pelo ministro das Relações Exteriores peruano, Javier González-Olaechea, oficializando a entrada do país na Aliança contra os Crimes à Natureza (*Nature Crime Alliance*). Com essa decisão, o Peru se torna o primeiro país da América Latina a aderir oficialmente à iniciativa global, que tem como princípios o combate aos delitos contra a natureza; a conservação dos ecossistemas naturais e das espécies protegidas; e o respeito aos direitos humanos e aos direitos dos povos indígenas e das comunidades locais [3].

Já no âmbito das ações do MINAM, em 30 de maio, houve um encontro de representantes do Ministério com representantes dos governos da Alemanha, do Reino Unido, da Noruega e da União Europeia para discutir ações de monitoramento das zonas impactadas pela mineração ilegal na região amazônica. As autoridades fizeram um sobrevoo sobre o departamento de *Madre de Dios* de modo a avaliar as áreas com maior grau de desmatamento. A ação havia sido estipulada na Declaração Conjunta de Intenções (DCI), um acordo firmado pelo Estado peruano com a Noruega e a Alemanha para frear a emissão de gases do efeito estufa e a degradação florestal. Atualmente, é realizado o plano de implementação da fase 2 da DCI, que conta com o aporte de 10 milhões de dólares desembolsados pelo governo da Noruega, e que vem sendo administrado pela ONG Profonanpe [4].

Houve também, no dia 10 de maio, uma reunião entre o Ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, e o diretor do Banco Mundial (BM), Issam Abousleiman, para avaliar os avanços e resultados dos projetos de conservação que vêm sendo executados desde 2019, e que devem se estender até 2027. O BM e o MINAM vêm trabalhando colaborativamente no desenvolvimento do programa *Amazon Sustainable Landscapes* (ASL), que, dentre outras metas, almeja preservar a biodiversidade dos ecossistemas da paisagem florestal da província de Atalaya, no departamento de Ucayali, e fortalecer as condições para manter o ecossistema da bacia do rio Putumayo-Içá, afluente do Rio Amazonas [5].

O MINAM lançou, ainda, o Programa para Bionegócios, com o intuito de oferecer créditos para empresas de micro, pequeno e médio portes que atuam no setor de ecoturismo, de produção agrícola (que não envolvam atividade pecuária) ou que promovem atividades florestais que não abarquem a produção de madeiras. O Programa conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e terá duração de 10 anos, ao longo do qual planeja-se conservar 20 mil hectares de ecossistemas florestais [6].

Por fim, o MINAM anunciou, no dia 15 de maio, a inauguração de um posto de vigilância policial na Reserva Nacional Amara Kaeri, em *Madre de Dios*, para potencializar a luta contra o narcotráfico e a mineração ilegal. O ministro Juan Carlos Castro anunciou, ainda, que tal iniciativa será reproduzida também futuramente na Reserva Nacional Alpahuayo Mishana de Iquitos, na região de *Loreto*. Castro afirmou que tais medidas constituem uma das frentes em que o Peru vem avançando, com vistas a melhorar a imagem do país frente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Atualmente, o Peru está em processo de negociação para aderir à organização [7].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/959469-cancilleria-puerto-maldonado-promueve-la-integracion-fronteriza-con-visita-a-la-gobernacion-de-pando-en-bolivia>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/960642-promueven-la-cultura-amazonica-a-traves-del-libro-de-la-cancilleria-cuentos-de-la-amazonia>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/961189-entrega-de-carta-de-adhesion-del-peru-a-la-alianza-contralos-crimenes-contrala-naturaleza>

[4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/964080-madre-de-dios-minam-y-paises-cooperantes-verifican-areas-impactadas-por-la-mineria-ilegal>

[5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/952161-evaluacion-avances-de-los-proyectos-sobre-conservacion-de-bosques-y-reduccion-del-plastico-de-un-solo-uso>

[6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/948314-disponen-de-s-13-000-000-en-creditos-para-emprendimientos-sostenibles-de-nuestra-amazonia>

[7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/955044-gobierno-refuerza-vigilancia-policia-en-areas-naturales-protégidas-de-madre-de-dios-y-loreto>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 9 de maio, o Exército Nacional do Suriname e o Comando Militar Sul dos Estados Unidos (US SOUTHCOM) assinaram o Acordo Quadro de Engajamento e Cooperação, com duração de cinco anos. O acordo busca o aprofundamento das relações entre os países no campo da segurança e defesa. Trata-se de mais um exemplo da atenção militar que a região vem recebendo ao longo dos últimos meses [1].

A parceria foi lançada poucas semanas após a visita do presidente do Suriname, Chan Santokhi, à China, em abril. Naquela viagem, Santokhi entregou ao presidente Xi Jinping uma carta, também assinada pelo presidente guianense Irfaan Ali, em que solicitam o financiamento de uma ponte para ligar as capitais de Guiana e Suriname [2].

É perceptível, nesta série de eventos, a presença de ambas as potências – EUA e China – no desenvolvimento social, político e econômico do Suriname atualmente. Contudo, o tipo de participação sugere diferenças: enquanto os Estados Unidos privilegiam acordo militares, a China é abordada para aportes financeiros voltados para a infraestrutura. O posicionamento do Suriname é minimamente “pendular”.

Além disso, em 28 de maio, o Suriname atualizou a Estratégia e o Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (NBSAP). Segundo Rodjan, Diretor Adjunto Interino de Meio Ambiente e Ecossistemas do Ministério de Planejamento Espacial e Meio Ambiente, o documento atende a pleitos das últimas COPs de Biodiversidade da ONU, a fim de demonstrar o compromisso do país com o desenvolvimento sustentável [3].

Referências

[1] Disponível em: <https://gov.sr/engagement-and-cooperation-framework-moet-veiligheidssamenwerking-nationaal-leger-en-southcom-voor-komende-vijf-jaren-versterken/>

[2] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/05/25/brug-corantijnrivier-guyana-en-suriname-zoeken-chinese-financiering/>

[3] Disponível em: <https://gov.sr/suriname-actualiseert-nationale-strategie-voor-biodiversiteit/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em maio, as ações da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) no território amazônico da Venezuela tiveram continuidade. No estado de Amazonas, no município de Alto Orinoco, a FANB apreendeu mais de 6.000 litros de combustível no início do mês, que se encontravam ocultos no rio Cunucunuma, de acordo com o comandante estratégico operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez. Assim, foi localizada, desmontada e destruída uma estrutura flutuante, do estilo balsa de sucção, em uma região próxima de uma comunidade indígena [1].

A FANB destruiu, ainda, oito balsas de mineração ilegal no referido estado [2] e desmantelou um acampamento utilizado para mineração ilegal [3]. Estas ações se inserem na Operação Neblina 2024, criada para atuar no município Alto Orinoco com a finalidade de “proteger espaços naturais” como “parques e monumentos nacionais, reservas de silvicultura e biosfera” [4].

Ao final do mês, Lárez informou sobre a destruição de outro acampamento vinculado à atividade de mineração ilegal, desta vez no setor Garida, no município Atabapo, também no estado de Amazonas. Segundo o comandante estratégico da FANB, tal estrutura ilegal violava o ordenamento territorial, bem como a Lei Penal do Meio Ambiente [5]. A operação foi realizada dentro do marco do 5º objetivo histórico do Plano Pátria, bem como de acordo com os planos de segurança e defesa do país.

Para além das ações da FANB, em maio começou o ciclo de chuvas na Venezuela, o que ocasionou a diminuição dos incêndios florestais, porém aumentou o risco de deslizamentos. No início do mês, o departamento de engenharia hidrometeorológica da Universidad Central de Venezuela (UCV) informou os riscos esperados com o aumento das chuvas de maio, que incluem deslizamentos e doenças decorrentes do aumento da quantidade de mosquitos, como a dengue [7]. Dentre os estados afetados pelas chuvas,

descargas elétricas e rajadas de vento, constam Bolívar e Amazonas, os estados que conformam a Amazônia venezuelana [8].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/la-fanb-incauto-mas-de-6-000-litros-de-combustible-en-amazonas/>
- [2] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/181388/fanb-destruyo-ocho-balsas-de-mineria-ilegal-en-amazonas>
- [3] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sucesos/militares-destruyen-un-campamento-usado-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas/>
- [4] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/la-fanb-incauto-mas-de-6-000-litros-de-combustible-en-amazonas/>
- [5] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/destruyen-campamento-vinculado-a-la-mineria-ilegal-en-amazonas/>
- [6] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/182691/fanb-desmantelo-campamento-de-mineria-ilegal-en-amazonas>
- [7] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ucv-explica-los-riesgos-que-traen-consigo-las-lluvias-en-venezuela>
- [8] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ondas-tropicales-2-y-3-se-aproximan-a-venezuela-y-dejaran-mas-lluvias/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 15 de maio, a Diretora-Geral da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do “Diálogo sobre Sistemas Agroalimentares para a Segurança Alimentar, Nutrição e Combate à Pobreza”, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pela Embaixada dos Países Baixos em Brasília [1]. O evento, que aconteceu paralelamente ao Encontro de Chefes Agrícolas dos Países do G20, discutiu modos de transformar os sistemas agroalimentares do Brasil e dos Países Baixos, com ênfase na soberania e na segurança alimentar e nutricional. De acordo com Grazziotin, a Declaração de Belém mobiliza, dentro da OTCA, a cooperação internacional para lidar com essa problemática.

No mesmo dia, foram divulgados os resultados da Avaliação Rápida da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos na Bacia/Região Amazônica, que fazem parte de um projeto organizado pela OTCA em colaboração com mais de 100

especialistas, entre acadêmicos, instituições privadas e representantes dos povos indígenas e comunidades locais da Amazônia [2]. Com base na Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), o estudo aborda dimensões biofísicas, econômicas, sociais e culturais, adotando como eixo balizador a legislação dos países da OTCA sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

Segundo as autoridades presentes, o estudo pode contribuir para a criação de estratégias de desenvolvimento sustentável que se adaptem às “grandes transições” e permitam a inclusão de novos valores e paradigmas na elaboração de políticas públicas e privadas voltadas ao meio ambiente, não apenas no Brasil, mas em outras instâncias regionais e internacionais. Para Ana Maria Gonzalez, coordenadora do Programa de Paisagens Sustentáveis da Amazônia do Banco Mundial, o documento é uma importante contribuição para a Conferência da Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 16).

De acordo com Benoit Bosquet, Diretor Regional de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, essa iniciativa se alinha com o projeto denominado “Amazônia Viva”, que será desenvolvido pelo Banco, sob três eixos: Amazônia Verde, Amazônia Próspera e Amazônia Habitável. Representando a Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS) do Programa Amazônia+ da União Europeia, o coordenador Pietro Graziani elogiou a iniciativa e firmou uma Carta de Intenções entre o Amazônia+ e a OTCA.

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-participa-de-evento-da-fao-em-brasilia-sobre-seguranca-alimentar/>

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-apresenta-em-webinar-os-resultados-inovadores-da-avaliacao-rapida-da-biodiversidade-e-dos-servicos-ecossisticos-na-bacia-regiao-amazonica/>